



Fronteiras vulneráveis

Estudo analisa projetos de cooperação internacional que auxiliam o combate ao HIV nas fronteiras brasileiras

Renata Moehlecke

Considerado um país de dimensões continentais, o Brasil apresenta uma extensa fronteira, que corresponde a 30% do território nacional. Formada por cerca de 15,7 mil km, que passam por 588 municípios de 11 estados, essa vasta área fronteiriça faz com que o Brasil tenha contato com dez países. Toda essa extensão é vista como estratégica para a segurança nacional, principalmente no que se trata de trocas comerciais ou fluxos populaci-

onais. A ideia de trânsito intenso traz a tona uma preocupação com uma possível vulnerabilidade. Essa percepção não é diferente no que se trata de entender que melhorias podem ser realizadas no âmbito da saúde pública nas fronteiras. O estudo da pesquisadora Flávia The-dim Costa Bueno, uma dissertação defendida na Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz), visa contribuir justamente para essa questão. Flávia analisou acordos e projetos de cooperação internacionais em HIV/Aids a fim de compreender como o Brasil tem respondido à epidemia na região lindeira.

“Por ser uma região em que o contato entre os países supera as barreiras geográficas, principalmente nas chamadas cidades-gêmeas, a cooperação internacional torna-se premente para responder às questões que emergem nas fronteiras”, esclarece a pesquisadora. Flávia comenta que sua pesquisa foi inspirada por relatório do Ministério da Saúde que aponta: “As fronteiras brasileiras são notavelmente extensas, compreendendo quase todos os países da América do Sul. A presença de uma população altamente itinerante, a concentração de grupos como trabalhadores do sexo, a precariedade de serviços públicos como a saúde e educação, e a distância dessa região dos grandes centros urbanos do país, aumentam a vulnerabilidade da sua população ao HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis”.

Para a pesquisa, Flávia utilizou uma metodologia qualitativa para identificar as instituições envolvidas nos acordos e projetos bilaterais de cooperação e o andamento de iniciativas em negociação ou execução. Ela também avaliou atas da Comissão Intergovernamental de HIV/Aids do Mercosul, além ter realizado entrevistas com atores-chave. “O modelo brasileiro de resposta ao HIV/Aids é reconhecido internacionalmente como um caso de sucesso, e o governo brasileiro e demais países do Mercosul têm sinalizado a importância da atuação na área das fronteiras”, afirma Flávia. “Na América do Sul, o país tem se destacado por sua iniciativa, tendo atividades ou projetos de cooperação internacional em HIV/Aids

com quase todos os países, com cerca de dez acordos específicos em vigor”.

A análise da pesquisadora levantou diversos aspectos problemáticos para o combate à doença, sobretudo nas fronteiras triplíceis. “Os convênios internacionais de cooperação técnica têm se mostrado insuficientes para sanar os problemas da região e atender às necessidades apontadas pelo estudo. O Brasil, principalmente, pela gratuidade dos serviços oferecidos, é polo de atração de pessoas do outro lado das fronteiras. Nesse sentido, é premente que novas formas de cooperação e de estabelecimento de convênios que priorizem a temática do cuidado em relação ao HIV/Aids sejam realizados de modo a assistir a essa população que se mostra bastante vulnerável à infecção pelo HIV e a outras DSTs”, comenta. Segundo Flávia, foi observada uma grande disparidade quanto ao acesso ao tratamento. “Em muitos países, há pouca articulação inter-setorial, o que restringe a resposta à epidemia. Com relação especificamente à troca de serviços em saúde, diversos países têm iniciado diálogos no sentido de estabelecer essas relações, mas apenas o Uruguai está avançado nesse ponto. Os resultados dessa parceria com o Brasil poderão ser evidenciados em alguns anos e, possivelmente, servirão de base para a assinatura de formalizações adicionais nesse âmbito”.

A pesquisadora também aponta para o fato de que a pesquisa não identificou acordos bilaterais que versam especificamente sobre o HIV/Aids nas fronteiras. “No entanto, os acordos sanitários, apesar de bastante antigos, abrem caminho para uma possível cooperação nesse tema, principalmente sobre questões epidemiológicas”, destaca Flávia. “A formalização e implementação de fato de acordos de cooperação são essenciais para o atendimento integral tanto de estrangeiros como de brasileiros”.

O estudo de Flávia também evidenciou que o Brasil demonstra protagonismo em cooperações internacionais em HIV/Aids, seja com acordos bilaterais com os países com os quais tem fronteira (com exceção de Argentina, Guiana

e Venezuela) ou atividades de cooperação sobre o tema, tendo a pesquisa não apresentado registro dessas ações apenas com a Venezuela. “Essas iniciativas demonstraram ser coerentes com as carências das respostas nacionais ao HIV/Aids dos países estudados e indicaram que o Brasil tem cooperado, principalmente, em temas considerados pilares de sua resposta, como a aliança entre prevenção e tratamento, direitos humanos e participação da sociedade civil. Apesar da participação ativa da sociedade civil na resposta brasileira, essa característica não se repetiu nas ações de cooperação internacional em HIV/Aids brasileira”, aponta.

Flávia também constatou que a participação das organizações não governamentais (ONGs) nas atividades de cooperação ainda é apenas indireta. Com base no exame de pesquisas sobre HIV/Aids na fronteira, realizados por fontes oficiais como o Ministério da Saúde brasileiro, ela também indicou que existem deficiências no sistema de registro de notificação das unidades da fronteira e que a epidemia se encontra em expansão na região Sul do país, seguindo o padrão nacional, por exemplo, com relação à faixa etária ou ao aumento da incidência tanto entre homens quanto entre mulheres.

Ainda com base no estudo desses documentos, a investigação da pesquisadora revelou ainda que há numerosos problemas relacionados à qualidade da atenção e das ações de saúde relacionadas ao HIV/Aids, principalmente no que se refere à prevenção, com baixa prevalência do uso do preservativo, devido, também, às dificuldades de acesso ao mesmo, com problemas referentes a abastecimento e distribuição. Há ainda problemas na área de diagnóstico tanto do HIV quanto de outras DSTs (com exceção de sífilis), assim como a escassez de programas de aconselhamento, componente considerado essencial da estratégia brasileira de atenção destinada ao HIV/Aids. A prevenção da transmissão vertical também é deficiente na região e faltam testes rápidos e AZT nas maternidades de referência.

